

O debate interno da política externa

Giorgio Romano Schutte

Folha de S.Paulo, 12.8.2013

O protagonismo que o Brasil conquistou na última década no plano internacional gera a necessidade de ampliar o debate público sobre o tema.

As articulações consistentes com os países do Sul, as coalizões com potências médias e um ativismo nas organizações internacionais levaram a um reconhecimento de que o Brasil, até pouco tempo atrás visto somente como parte dos problemas, agora também é parte das soluções.

O balanço da política externa brasileira na última década feito na conferência do Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais (GR-RI), em parceria com a Universidade Federal do ABC (UFABC), em julho, constatou que o país conquistou maior autonomia e protagonismo no plano internacional.

Reunir academia, governo, Legislativo e sociedade civil com amplo espaço para um debate livre e aberto sobre o tema foi a chave do sucesso e da qualidade da iniciativa.

A conferência contou com cerca de 700 participantes presenciais e uma audiência pela internet que chegou a 12 mil pessoas.

Chamou também a atenção dos comentaristas Matias Spektor (da Fundação Getulio Vargas) e Sergio Fausto (da Fundação iFHC). Ambos expressaram suas avaliações do evento neste jornal, embora o último tenha admitido desconhecer o que lá foi discutido.

A conferência mostrou que há um grande espaço a ser preenchido para que mais setores da sociedade participem do debate sobre os rumos das relações internacionais do Brasil. Há uma reclamação sobre a falta de diálogo entre a sociedade civil e o governo nesses temas.

Por esse motivo, o GR-RI entregou formalmente uma carta aos ministros Antonio Patriota (Relações Exteriores) e Gilberto Carvalho (da Secretaria-Geral da Presidência da República) durante a conferência, propondo a criação de um conselho permanente de consulta, participação e diálogo da sociedade sobre a política externa do Brasil.

Um dos muitos exemplos analisados na conferência que mostram como o país passou de potência regional a "player global" é o seu posicionamento contrário à invasão no Iraque, contrapondo a isso a guerra contra a fome no mundo.

No caso das negociações do Irã acerca do seu programa nuclear, diante da incapacidade das potências globais para destravar os impasses gerados, assumiu sua responsabilidade com propostas concretas. Outro exemplo é seu posicionamento ativamente contrário aos golpes de Estado em Honduras (2009) e no Paraguai (2012).

E, sem descuidar das relações tradicionais com os países centrais, o Brasil desenvolveu um intenso esforço para ampliar o leque de parcerias internacionais.

Isso explica em grande parte a eleição de José Graziano para a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), de Izabella Teixeira para servir no Painel de Alto Nível para a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, de Roberto Azevêdo para diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) e de Paulo Vannuchi para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Os avanços mencionados geram muitos desafios, sobretudo a necessidade de garantir sua consolidação. É preciso debater questionamentos a determinadas posições oficiais nos fóruns internacionais, em particular de direitos humanos e em negociações ambientais.

Também merecem reflexão as consequências dos incentivos dados à internacionalização de empresas brasileiras acusadas de comportamento predatório (sobretudo em países latino-americanos e africanos). O futuro das tropas brasileiras no Haiti, a falta de consistência na política de cooperação internacional ou a parceria desequilibrada com a China são outros exemplos de temas complexos que demandam um debate construtivo.

GIORGIO ROMANO SCHUTTE, 49, é professor doutor e coordenador do curso de relações internacionais da Universidade Federal do ABC e membro do Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais (GR-RI)